

PAULO ROBERTO DE FIGUEIREDO DANTAS

DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL

7ª edição

atualizada de acordo com o novo CPC
e com a Lei do Mandado de Injunção

2017

saraiva  jur

ISBN 978-85-472-0967-4

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Dantas, Paulo Roberto de Figueiredo

Direito processual constitucional / Paulo Roberto de Figueiredo Dantas. – 7. ed. – São Paulo : Saraiva, 2017.

1. Brasil - Direito constitucional 2. Processo civil - Brasil
I. Título.

16-0622

CDU 342:347.9(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito processual constitucional 342:347.9(81)

Presidente Eduardo Mufarej
Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial

Presidente Carlos Ragazzo
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerente editorial Thais de Camargo Rodrigues
Edição Poliana Soares Albuquerque

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Guilherme H. M. Salvador
Kelli Priscila Pinto
Márcia Cordeiro
Mônica Landi
Surane Vellenich
Tatiana dos Santos Romão
Tiago Dela Rosa

Projeto gráfico Mônica Landi
Diagramação e revisão Formato Editora & Serviços

Comunicação e MKT Elaine Cristina da Silva
Capa Tiago Dela Rosa
Produção gráfica Marli Rampim
Impressão e acabamento Bartira

Data de fechamento da edição: 18-10-2016Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 602662 CAE 603629

1084393



SUMÁRIO

<i>Introdução</i>	13
1 DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL	17
1.1 Esclarecimentos iniciais.....	17
1.2 Direito processual constitucional: objeto de estudo.....	17
1.3 Jurisdição, processo, ação e defesa.....	20
1.4 Constituição e processo.....	24
1.5 Princípios constitucionais referentes ao processo.....	27
1.6 Princípio da igualdade (isonomia)	28
1.7 Princípio da legalidade.....	32
1.8 Princípio da irretroatividade da norma	34
1.9 Princípio da segurança jurídica e a proteção constitucional ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada	36
1.10 Princípio da inafastabilidade da jurisdição	39
1.11 Princípio do juiz natural.....	41
1.12 Princípio do devido processo legal	43
1.13 Princípios do contraditório e da ampla defesa.....	44
1.14 Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos	47
1.15 Princípio da necessidade de motivação das sentenças e demais decisões judiciais	48
1.16 Princípio da publicidade dos atos processuais.....	50
1.17 Princípio do duplo grau de jurisdição.....	52
1.18 Princípio da celeridade na tramitação dos processos.....	54
1.19 Jurisdição constitucional.....	58
2 TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	61
2.1 Esclarecimentos iniciais.....	61
2.2 Constituição: conceito	61
2.3 Antecedentes da constituição	64
2.4 Constitucionalismo e suas diversas fases	67
2.5 Classificações das constituições	71
2.6 Constituições quanto à origem.....	72

2.7	Constituições quanto ao conteúdo	73
2.8	Constituições quanto à forma	75
2.9	Constituições quanto ao modo de elaboração	76
2.10	Constituições quanto à estabilidade	77
2.11	Constituições quanto à extensão	80
2.12	Classificação da Constituição Federal de 1988	81
2.13	Elementos da constituição	82
2.14	Estrutura da Constituição de 1988	84
2.15	Rigidez e supremacia da constituição	86
3	PODER CONSTITUINTE	88
3.1	Esclarecimentos iniciais	88
3.2	Poder constituinte: origem da ideia	89
3.3	Poder constituinte originário	90
3.4	Natureza do poder constituinte originário	91
3.5	Titularidade, exercício e formas de expressão do poder constituinte originário	92
3.6	Características do poder constituinte originário	94
3.7	Poder constituinte derivado	96
3.8	Características do poder constituinte derivado	97
3.9	Poder constituinte reformador (ou poder de emenda)	98
3.10	Limitações explícitas ao poder reformador na Constituição de 1988	99
3.11	Limitações implícitas do poder reformador na Constituição de 1988	102
3.12	Diferença entre reforma constitucional e mutação constitucional	103
3.13	Poder constituinte decorrente	105
3.14	Distrito Federal, Municípios e poder constituinte decorrente	106
3.15	Poder constituinte derivado de revisão	108
3.16	Poder constituinte difuso	109
3.17	Princípio da simetria	111
3.18	Recepção, repristinação e desconstitucionalização de normas	112
4	NORMAS CONSTITUCIONAIS: CLASSIFICAÇÃO, APLICABILIDADE E INTERPRETAÇÃO	116
4.1	Esclarecimentos iniciais	116
4.2	Normas constitucionais quanto à espécie: princípios e regras	116
4.3	Normas constitucionais quanto ao conteúdo: materiais e formais	121
4.4	Normas constitucionais quanto à forma: escritas e não escritas	125
4.5	Normas constitucionais quanto à aplicabilidade (notas introdutórias)	126
4.6	Eficácia jurídica × eficácia social	127
4.7	Classificação da doutrina clássica	129

4.8	Classificação de José Afonso da Silva.....	133
4.9	Interpretação das normas constitucionais.....	138
4.10	Métodos clássicos de interpretação das normas.....	140
4.11	Princípios específicos de interpretação constitucional.....	144
5	ORGANIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO.....	151
5.1	Esclarecimentos iniciais.....	151
5.2	A denominada “separação de poderes” e a função do Poder Judiciário.....	151
5.3	A organização do Poder Judiciário.....	154
5.4	O Supremo Tribunal Federal.....	157
5.5	O Conselho Nacional de Justiça.....	160
5.6	O Superior Tribunal de Justiça.....	161
5.7	Os Tribunais Regionais Federais e os Juízes Federais.....	164
5.8	Os Tribunais e Juízes do Trabalho.....	167
5.9	Os Tribunais e Juízes Eleitorais.....	170
5.10	Os Tribunais e Juízes Militares.....	171
5.11	Os Tribunais e Juízes dos Estados.....	172
5.12	Funções essenciais à Justiça.....	173
5.13	Ministério Público.....	175
5.14	Funções institucionais do Ministério Público.....	176
5.15	Conselho Nacional do Ministério Público.....	177
5.16	Advocacia Pública.....	178
5.17	A Advocacia-Geral da União.....	180
5.18	Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal.....	185
5.19	Advocacia.....	186
5.20	Defensoria Pública.....	189
6	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: NOÇÕES GERAIS.....	191
6.1	Esclarecimentos iniciais.....	191
6.2	Conceito e pressupostos do controle de constitucionalidade.....	191
6.3	Objeto do controle de constitucionalidade.....	194
6.4	Análise de normas específicas sujeitas ao controle de constitucionalidade.....	196
6.5	Normas não sujeitas ao controle de constitucionalidade.....	198
6.6	Parâmetro de controle ou paradigma constitucional.....	201
6.7	As diversas espécies de inconstitucionalidade.....	203
6.8	Inconstitucionalidade material e inconstitucionalidade formal.....	203
6.9	Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão.....	206
6.10	Modalidades de controle quanto ao momento da realização e quanto ao órgão que o realiza.....	207

6.11	Modalidades de controle quanto à via utilizada: modelo americano e austríaco.....	208
6.12	Visão geral do controle de constitucionalidade no Brasil.....	211
6.13	Controle político.....	211
6.14	Controle judicial.....	214
7	CONTROLE DIFUSO NO BRASIL.....	218
7.1	Esclarecimentos iniciais.....	218
7.2	Controle difuso.....	218
7.3	Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle difuso.....	219
7.4	O Senado e a possibilidade de ampliação dos efeitos da sentença no controle difuso....	221
7.5	A abstrativização dos efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal em sede de controle difuso de constitucionalidade.....	224
7.6	Cláusula de reserva de plenário.....	228
7.7	Procedimento fixado pelo Código de Processo Civil.....	230
7.8	O recurso extraordinário.....	231
7.9	Necessidade de demonstração da repercussão geral perante o Supremo Tribunal Federal.....	235
7.10	Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e o rito da repercussão geral.....	239
7.11	As súmulas vinculantes.....	241
7.12	Controle difuso em ação civil pública.....	248
8	O CONTROLE CONCENTRADO E AS AÇÕES REGULAMENTADAS PELA LEI N. 9.868/99.....	251
8.1	Esclarecimentos iniciais.....	251
8.2	Controle concentrado.....	251
8.3	Efeitos da sentença no controle concentrado.....	253
8.4	Espécies de controle concentrado na Constituição de 1988.....	255
8.5	Ação direta de inconstitucionalidade genérica (ADI ou ADIn).....	256
8.6	Hipóteses específicas em que não cabe ação direta de inconstitucionalidade genérica.	257
8.7	Legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade genérica.....	259
8.8	Concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade genérica.....	262
8.9	O efeito vinculante da ação direta de inconstitucionalidade e sua exclusão em relação ao Poder Legislativo.....	264
8.10	Princípio da “parcelaridade”.....	265
8.11	Inconstitucionalidade por “arrastamento” ou “por atração”.....	266
8.12	Alteração do parâmetro de controle após a propositura da ação direta de inconstitucionalidade genérica.....	267
8.13	A figura do <i>amicus curiae</i> na ação direta de inconstitucionalidade genérica.....	269
8.14	Principais regras procedimentais sobre a ação direta de inconstitucionalidade genérica.....	270

8.15	Ação declaratória de constitucionalidade (ADC ou ADECON).....	272
8.16	Legitimados para a ação declaratória de constitucionalidade.....	274
8.17	Medida cautelar em ação declaratória de constitucionalidade.....	275
8.18	O <i>amicus curiae</i> na ação declaratória de constitucionalidade.....	276
8.19	Principais regras procedimentais sobre a ação declaratória de constitucionalidade.....	277
8.20	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	279
8.21	Legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	281
8.22	O <i>amicus curiae</i> na ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	282
8.23	Concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade por omissão...	283
8.24	Principais regras procedimentais sobre a ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	284
9	AS DEMAIS AÇÕES DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE E ASSUNTOS COMPLEMENTARES.....	288
9.1	Esclarecimentos iniciais.....	288
9.2	Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF).....	288
9.3	Parâmetro de controle da arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	290
9.4	Objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	293
9.5	Legitimados ativos para a arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	295
9.6	A potencial inconstitucionalidade da arguição de descumprimento de preceito fundamental por equiparação.....	297
9.7	Caráter subsidiário da ação de descumprimento de preceito fundamental.....	299
9.8	Principais regras procedimentais da arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	303
9.9	Ação direta de inconstitucionalidade interventiva.....	307
9.10	Único legitimado para a ação direta de inconstitucionalidade interventiva.....	310
9.11	Principais regras procedimentais da ação direta de inconstitucionalidade interventiva.....	311
9.12	Controle concentrado perante os Tribunais de Justiça.....	313
9.13	Possibilidade de recurso extraordinário em face de decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça.....	316
9.14	Ação direta de inconstitucionalidade de norma do Distrito Federal em face de sua Lei Orgânica.....	318
9.15	Da interpretação conforme a Constituição.....	319
9.16	Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto.....	321
9.17	Breve histórico sobre o controle de constitucionalidade no direito brasileiro.....	323
10	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS E OS REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS.....	327
10.1	Esclarecimentos iniciais.....	327
10.2	Direitos fundamentais: conceito e características.....	327

10.3	Evolução histórica dos direitos fundamentais.....	333
10.4	Gerações de direitos fundamentais	336
10.5	Destinatários dos direitos e garantias fundamentais.....	339
10.6	Eficácia horizontal dos direitos e garantias fundamentais.....	342
10.7	Caráter relativo dos direitos e garantias fundamentais.....	345
10.8	Aplicação imediata e caráter não taxativo do rol de direitos e garantias fundamentais	346
10.9	Distinção entre direitos, garantias e remédios constitucionais.....	349
11	REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS PARA TUTELA DE DIREITOS INDIVIDUAIS.....	352
11.1	Esclarecimentos iniciais.....	352
11.2	Elenco dos remédios constitucionais	352
11.3	<i>Habeas corpus</i>	355
11.4	Hipóteses de cabimento do <i>habeas corpus</i>	357
11.5	Hipóteses em que não cabe o <i>habeas corpus</i>	360
11.6	Modalidades de <i>habeas corpus</i>	362
11.7	Legitimação ativa e passiva do <i>habeas corpus</i>	362
11.8	Competência em matéria de <i>habeas corpus</i>	364
11.9	Principais regras procedimentais do <i>habeas corpus</i>	366
11.10	Principais súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o <i>habeas corpus</i>	369
11.11	Mandado de segurança individual.....	369
11.12	Hipóteses de cabimento do mandado de segurança individual.....	370
11.13	Hipóteses em que não cabe o mandado de segurança individual	373
11.14	Legitimação ativa e passiva do mandado de segurança individual	375
11.15	Competência em sede de mandado de segurança individual.....	378
11.16	Da possibilidade de liminar em mandado de segurança individual.....	380
11.17	Da suspensão da liminar e da suspensão da segurança	384
11.18	O insucesso do mandado de segurança individual e a possibilidade de posterior ação de conhecimento.....	385
11.19	Principais regras procedimentais sobre o mandado de segurança individual.....	386
11.20	Principais súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o mandado de segurança individual	390
11.21	Mandado de injunção individual.....	391
11.22	Hipóteses de cabimento do mandado de injunção individual	392
11.23	Hipóteses em que não cabe o mandado de injunção individual.....	394
11.24	Legitimação ativa e passiva do mandado de injunção individual.....	395
11.25	Competência em sede de injunção individual	397
11.26	Natureza e eficácia da decisão que concede a injunção individual.....	398
11.27	Renovação de pedido não concedido e revisão de injunção já concedida.....	402

11.28 A edição superveniente de norma regulamentadora e os efeitos em relação à injunção individual anteriormente concedida.....	404
11.29 A impossibilidade de concessão de liminar em sede de mandado de injunção individual	405
11.30 Distinção entre mandado de injunção individual e ação direta de inconstitucionalidade por omissão	406
11.31 Principais regras procedimentais sobre o mandado de injunção individual	407
11.32 <i>Habeas data</i>	410
11.33 Hipóteses de cabimento do <i>habeas data</i>	411
11.34 Legitimação ativa e passiva do <i>habeas data</i>	414
11.35 Competência em sede de <i>habeas data</i>	415
11.36 Principais regras procedimentais do <i>habeas data</i>	416
12 REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS PARA TUTELA DE DIREITOS COLETIVOS.....	420
12.1 Esclarecimentos iniciais.....	420
12.2 Mandado de segurança coletivo.....	420
12.3 Hipóteses de cabimento do mandado de segurança coletivo.....	421
12.4 Hipóteses em que não cabe o mandado de segurança coletivo	423
12.5 Legitimação ativa e passiva do mandado de segurança coletivo.....	424
12.6 Legitimação ativa do mandado de segurança coletivo e o Ministério Público	428
12.7 Os direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo e quem pode se beneficiar de sua impetração.....	429
12.8 Competência em sede de mandado de segurança coletivo.....	431
12.9 Concessão de liminar em mandado de segurança coletivo	432
12.10 Da suspensão da liminar e da suspensão da segurança coletiva.....	434
12.11 Principais regras procedimentais sobre o mandado de segurança coletivo.....	435
12.12 Principais súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o mandado de segurança coletivo	439
12.13 Mandado de injunção coletivo.....	440
12.14 Hipóteses de cabimento do mandado de injunção coletivo	440
12.15 Hipóteses em que não cabe o mandado de injunção coletivo.....	441
12.16 Legitimação ativa e passiva do mandado de injunção coletivo.....	443
12.17 As espécies de direitos protegidos pelo mandado de injunção coletivo e os destinatários de sua impetração	447
12.18 Competência em relação ao mandado de injunção coletivo	447
12.19 Renovação de pedido não concedido e revisão de injunção coletiva já concedida	448
12.20 A edição superveniente de norma regulamentadora e os efeitos em relação à injunção coletiva anteriormente concedida.....	450
12.21 A impossibilidade de concessão de liminar em sede de mandado de injunção coletivo	450
12.22 Principais regras procedimentais sobre o mandado de injunção coletivo	451

12.23 Ação popular.....	453
12.24 Hipóteses de cabimento da ação popular.....	454
12.25 Legitimação ativa e passiva da ação popular.....	458
12.26 Competências em sede de ação popular.....	461
12.27 Concessão de liminar em ação popular.....	463
12.28 Principais regras procedimentais da ação popular.....	463
12.29 Súmula sobre a ação popular.....	466
12.30 Ação civil pública.....	466
12.31 Hipóteses de cabimento da ação civil pública.....	469
12.32 Hipóteses em que não cabe a propositura de ação civil pública.....	471
12.33 Legitimação ativa e passiva da ação civil pública.....	472
12.34 Competência em sede de ação civil pública.....	478
12.35 A possibilidade de pedido de natureza cautelar e de concessão de liminar em ação civil pública.....	479
12.36 Da suspensão da liminar e da suspensão da sentença em ação civil pública.....	482
12.37 Inquérito civil.....	483
12.38 Termo de ajustamento de conduta.....	486
12.39 Fundo de reparação de danos.....	488
12.40 Ação civil pública e coisa julgada segundo a natureza do interesse tutelado.....	489
12.41 Demais regras procedimentais da ação civil pública.....	492
12.42 Súmula do Supremo Tribunal Federal sobre a ação civil pública.....	495
<i>Referências</i>	497
<i>Índice alfabético-remissivo</i>	505